

rescindir o presente contrato, a juízo do seu Diretor-Geral, não cabendo à firma compradora direito a qualquer indenização. DÉCIMA — A firma compradora responderá por qualquer dano causado ao Departamento de Imprensa Nacional com a remoção do material adquirido, operação que fica a seu cargo. DÉCIMA PRIMEIRA — Ficará eleito o Fôro desta Cidade do Rio de Janeiro, como o da execução do presente contrato. DÉCIMA SEGUNDA — Este contrato entrará em vigor após o seu re-

gistro pelo Tribunal de Contas da União, não cabendo à firma compradora direito a qualquer indenização, caso seja negado o mencionado registro. DÉCIMA TERCEIRA — No caso de não cumprir a firma compradora as obrigações assumidas neste contrato, será o mesmo rescindido, com a perda da caução, podendo, ainda, ser a firma contratante declarada inidônea a juízo do Diretor-Geral do Departamento de Imprensa Nacional. DÉCIMA QUARTA — Todas as despesas decorrentes da la-

bratura e legalização deste contrato correrão por conta da firma compradora. E, para firmeza e validade do que foi estipulado, lavrou-se o presente termo no livro próprio, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos contratantes, pelas testemunhas abaixo e por mim, Conselheiro Simoni Lobo, Secretário da Comissão de Concorrência, que o escrevi, estando o mesmo isento de sélo de acordo com o que estatui a Circular número vinte e três, de seis de agosto de mil novecentos e qua-

renta e oito do Senhor Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial, Seção Primeira, de doze do mesmo mês e ano página onze mil seiscientos e cinqüenta e dois. — Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em trinta de abril de mil novecentos e sessenta e quatro. (Ass.) Alberto de Brito Pereira, Diretor-Geral. — Armando José Gomes — Osvaldo De Maria — Osmar Sebastião Ferreira. — Conselheiro Simoni Lobo, Secretário da Comissão de Concorrência. 19.547 — 5-5-64 — Cr\$ 10.200,00).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 299 — DE 6 DE MAIO DE 1964

Fixa a obrigatoriedade de registro de projetos de obras na Assessoria de Planejamento

O Prefeito do Distrito Federal em exercício do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, decreta:

Art. 1º Todos os projetos de obras, deverão ser registrados no Serviço de Cadastro da Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 2º O "Alvará de Construção" e o "Habite-se" só serão fornecidos pela Divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras após o cumprimento da exigência do disposto no art. 1º.

Art. 3º As firmas empreiteiras, ou que prestem serviços de construção para a Novacap, Prefeitura do Distrito Federal e demais órgãos vinculados, só poderão apresentar as faturas para cobrança, após o registro dos projetos junto ao Serviço de Cadastro da Assessoria de Planejamento.

Parágrafo único. As firmas darão, como prova de cumprimento do presente Decreto, a anexação de declaração do Serviço de Cadastro, da Assessoria de Planejamento.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente Coronel, Prefeito em exercício do Distrito Federal.

DECRETO Nº 300 — DE 6 DE MAIO DE 1964

Altera a denominação e o sistema de remuneração das funções em Chefia e Assessoramento das Fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal.

O Prefeito do Distrito Federal em exercício do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, decreta:

Art. 1º Passem a denominar-se Funções em Comissão, as funções de chefia e assessoramento das Fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal, conforme a relação constante do Anexo I.

Parágrafo único. Os valores das Funções em Comissão são as constantes do Anexo II.

Art. 2º Qualquer servidor público, civil ou militar, inclusive autárquico, serventário da justiça ou empregado de economia mista, e companhias subsidiárias à disposição das Fundações e designado para exercer função em Comissão, perceberá a diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o salário ou vencimento da repartição de origem.

Parágrafo único. Quando o servidor for posto a disposição sem ônus para a repartição de origem, a Fundação pagará o valor total da Função em Comissão.

Art. 3º A designação para o exercício de Função em Comissão será feita pelo Presidente ou Diretor-Geral da Fundação, dentre pessoas qualificadas.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente Coronel, Prefeito em exercício do Distrito Federal.

ANEXO I

TABELA DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Diretor Executivo .....	FC- 2
1	Diretor do Departamento Administrativo .....	FC- 3
1	Diretor do Departamento Hospitalar .....	FC- 3
1	Diretor do 1º Hospital Distrital .....	FC- 4
1	Assessor Econômico .....	FC- 5
1	Assessor Jurídico .....	FC- 5
1	Contador Geral .....	FC- 5
1	Caixa Geral .....	FC- 5
1	Assistente do Departamento Administrativo .....	FC- 5
1	Assistente do Departamento Hospitalar .....	FC- 5

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Diretora da Escola de Auxiliar de Enfermagem ...	FC- 5
1	Chefe da Divisão Médica .....	FC- 5
1	Chefe da Divisão de Enfermagem .....	FC- 5
1	Chefe da Divisão Administrativa .....	FC- 5
1	Diretor do Hospital São Vicente de Paula .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço do Pessoal .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço do Material .....	FC- 6
1	Chefe do Serviço de Manutenção .....	FC- 6
3	Inspeção Médica .....	FC- 6
1	Chefe do Serviço de Planejamento .....	FC- 6
1	Chefe do Serviço de Clínica Cirúrgica .....	FC- 6
1	Chefe do Serviço de Medicina Interna .....	FC- 6
1	Chefe do Serviço de Pronto Socorro .....	FC- 6
1	Chefe dos Serviços Complementares .....	FC- 6
1	Diretor do Hospital de Sobradinho .....	FC- 6
1	Diretor do Hospital do Gama .....	FC- 6
1	Chefe de Secretaria — Conselho Diretor .....	FC- 7
1	Assistente da Contadoria Geral .....	FC- 7
1	Assistente da Caixa Geral .....	FC- 7
30	Chefe da Unidade de Divisão Médica .....	FC- 7
7	Chefe de Equipe do S.P.S. ....	FC- 7
7	Enfermeira Supervisora .....	FC- 7
1	Assistente da Divisão de Enfermagem .....	FC- 7
1	Enfermeira Chefe do Hospital S. Vicente de Paula .....	FC- 7
1	Administrador do Hospital S. Vicente de Paula .....	FC- 7
1	Diretor do Hospital de Isolamento .....	FC- 7
2	Administrador (Sobradinho e Gama) .....	FC- 7
30	Chefe de Unidade de Enfermagem .....	FC- 9
1	Chefe de Serviço Arquivo Médico Estatístico .....	FC- 9
1	Chefe de Serviços Técnicos .....	FC- 9
1	Chefe do Serviço de Administração .....	FC- 9
1	Chefe de Serviços Auxiliares .....	FC- 9
1	Chefe de Seção de Mecanização da Contadoria Geral .....	FC-10
1	Chefe da Seção de Transporte do D.A. ....	FC-10
1	Chefe de Seção Econômico Financeiro da Contadoria Geral .....	FC-11
1	Chefe da Seção de Classificação e Análise da Contadoria Geral .....	FC-11
1	Chefe da Seção de Faturamento da Contadoria Geral .....	FC-11
1	Chefe da Seção de Estudos e Pesquisas .....	FC-11
1	Chefe da Seção de Controle de Padronização de Material Médico .....	FC-11
1	Secretário do Conselho Diretor .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Expediente e Cadastro do Serviço do Pessoal .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Controle e Pagamento do Serviço Pessoal .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Compras do Serviço do Material .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Fornecimento do Serviço do Material .....	FC-12
1	Chefe do Almoxarifado Central do Serv. do Mat. ....	FC-12
1	Chefe da Seção de Eletricidade Médica do Serviço de Manutenção .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Eletrônica do Serv. de Man. ....	FC-12
1	Chefe da Seção de Eletricidade do Serviço de Manutenção .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Expediente e Comunicações do D.A. ....	FC-12
1	Chefe da Seção Administrativa do Serviço de Pronto Socorro .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Registro Geral .....	FC-12
1	Chefe do Arquivo Médico .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Estatística .....	FC-12
1	Chefe da Farmácia — Serviços Técnicos .....	FC-12
1	Chefe de Nutrição e Dietética — Serv. Técnicos .....	FC-12
1	Chefe da Recepção Serviços Técnicos .....	FC-12
1	Chefe do Serviço Social — Serviços Técnicos .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Comunicações e Arquivo .....	FC-12
1	Caixa Local — Serviço de Administração .....	FC-12
1	Chefe da Seção de Contabilidade — Serviço de Administração .....	FC-12
1	Chefe da Seção do Material — Serv. de Administração .....	FC-12

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Chefe da Seção do Pessoal — Serviço de Administração	FC-12
1	Chefe da Limpeza — Serviços Auxiliares	FC-11
1	Chefe da Rouperia e Lavanderia — Serv. Auxiliares	FC-12
1	Chefe de Telecomunicações — Serv. Auxiliares	FC-12
1	Chefe dos Transportes — Serviços Auxiliares	FC-12
1	Chefe da Vigilância — Serviços Auxiliares	FC-12
1	Secretário do Diretor do Departamento Administrativo	FC-13
1	Secretário do Diretor do Departamento Hospitalar	FC-13
1	Secretário do Diretor do 1º Hospital Distrital	FC-13
1	Secretário do Diretor da Divisão Administrativa	FC-14

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Secretária-Dactilógrafa do Diretor do Deptº Administrativo	FC-10
1	Secretária-Dactilógrafa do Diretor do E. E. E.	FC-10
2	Secretário do Centro de Ensino Médio	FC-10
15	Secretário de Estabelecimento do Ensino Médio	FC-10
1	Secretária-Dactilógrafa do Diretor do Deptº do E. Médio	FC-10

TABELA DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Diretor Executivo	FC-2
1	Diretor do Departamento Administrativo	FC-3
1	Diretor do Departamento Cultural	FC-3
1	Chefe de Gabinete	FC-3
1	Consultor Jurídico	FC-3
1	Chefe do Serviço de Relações Públicas	FC-4
1	Chefe do Serviço Financeiro	FC-4
1	Chefe de Administração Geral	FC-4
1	Chefe do Serviço de Letras e Artes	FC-4
1	Chefe do Serviço de Promoções Culturais	FC-4
1	Chefe do Setor de Arquivo, Comunicações e Protocolo	FC-6
1	Chefe do Setor de Contabilidade e Orçamento	FC-6
1	Chefe do Setor de Tesouraria	FC-6
1	Chefe do Setor do Pessoal	FC-6
1	Chefe do Setor do Material	FC-6
1	Chefe do Setor do Patrimônio	FC-6
1	Chefe do Setor de Coordenação de Atividades Culturais	FC-6
1	Chefe do Setor de Artes Plásticas	FC-6
1	Chefe do Setor de Biblioteca	FC-6
1	Chefe do Setor de Discoteca	FC-6
1	Chefe do Setor de Feiras e Museus	FC-6
1	Secretária-Dactilógrafa	FC-10

TABELA DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Diretor-Geral	FC-2
1	Chefe de Gabinete	FC-3
1	Diretor Administrativo	FC-3
1	Diretor Técnico	FC-3
1	Chefe dos Serviços de Parque	FC-4
1	Chefe do Serviço de Zoologia	FC-5
1	Chefe do Serviço de Veterinária	FC-5
1	Chefe do Serviço de Botânica	FC-5
1	Chefe do Serviço do Parque Guarará	FC-5
1	Chefe do Serviço do Parque Zoológico	FC-5
1	Chefe do Serviço do Parque Rural	FC-5
1	Chefe do Serviço de Obras e Reparos	FC-6
1	Chefe do Serviço de Transportes e Oficina	FC-6
1	Chefe do Serv. de Contabilidade e Estatística	FC-6
1	Chefe do Serviço de Compras	FC-6
1	Chefe do Serviço de Material	FC-6
1	Chefe do Serviço de Recreação e Publicidade	FC-6
1	Chefe do Setor de Alimentação	FC-7
1	Chefe do Setor de Laboratório	FC-7
1	Chefe do Setor de Taxidermia e Museu	FC-7
1	Chefe do Setor de Horticultura	FC-7
1	Chefe do Setor de Aves e Animais	FC-7
1	Chefe do Setor de Pomicultura	FC-7
1	Chefe do Setor de Silvicultura	FC-7
1	Chefe do Setor de Horta Forrageira	FC-7
1	Chefe do Setor de Carpintaria	FC-9
1	Chefe do Setor de Escrituração	FC-9
1	Chefe do Setor de Apropriação	FC-9
1	Chefe do Setor de Armazenagem	FC-9
1	Chefe do Setor de Recreação	FC-9
1	Chefe do Setor de Trato	FC-9
1	Chefe do Setor de Ambulatório e Quarentena	FC-9
1	Chefe do Setor de Piscicultura	FC-9
1	Chefe do Setor de Capturas	FC-9
1	Chefe do Setor de Recepção	FC-9
1	Chefe do Setor de Vigilância e Zeladoria	FC-9

TABELA DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo
1	Diretor Executivo	FC-2
1	Chefe de Assessoria Técnica da Presidência	FC-3
1	Consultor Jurídico da Presidência	FC-3
1	Diretor do Deptº do Ensino Elementar	FC-3
1	Diretor do Deptº Administrativo	FC-3
2	Diretor do Deptº de Ensino Extra-Escolar	FC-3
1	Diretor do Deptº do Ensino Médio	FC-3
1	Diretor da Secretaria da Presidência	FC-4
1	Diretor da Div. Organização e Contróle do E. E.	FC-4
1	Diretor da Div. de Orientação e Supervisão do E. E.	FC-4
1	Diretor da Div. de Organização e Contróle do E. M.	FC-4
1	Diretor do Centro de Ensino Médio	FC-4
1	Diretor da Div. de Orientação e Supervisão do E. M.	FC-4
15	Diretor de Estabelecimento do Ensino Médio	FC-4
10	Coordenador de Curso do Centro de Ensino Médio	FC-4
2	Assessor Técnico do E. M. da Secretaria da Presidência	FC-5
2	Assessor Técnico do E. E. da Secretaria da Presidência	FC-5
2	Assessor Técnico do E. E. E. da Secretaria da Presidência	FC-5
22	Chefe de Serviço do Deptº do E. Extra-Escolar	FC-5
2	Diretor de Escola de Aplicação do C. E. M.	FC-5
6	Assistente do Diretor do C. E. M.	FC-5
4	Supervisor de Unidade Escolar	FC-5
1	Assistente de Diretor do Deptº do E. Elementar	FC-6
23	Responsáveis de Escola do E. Elementar	FC-6
1	Diretor de Escola Parque do Deptº de E. Elementar	FC-6
1	Assistente do Diretor do Deptº Administrativo	FC-6
11	Chefe de Serviço do Deptº Administrativo	FC-6
6	Diretor de Divisão do Deptº do E. E.	FC-6
1	Assistente de Diretor do Departamento do E. E. E.	FC-6
1	Assistente de Diretor do Departamento do E. Médio	FC-6
2	Assistente de Diretor da Escola de Aplicação	FC-6
35	Assistente de Diretor do Estabelecimento do C. E. M.	FC-6
1	Chefe do Serv. de Orientação Educacional do D. E. M.	FC-6
16	Chefe do Deptº do Centro de Ensino Médio	FC-6
1	Vice-Diretor da Escola Parque do D. E. E.	FC-7
1	Chefe de Serviço de Biblioteca do D. E. E.	FC-7
47	Chefe de Setor do Deptº de Ensino Extra-Escolar	FC-7
44	Chefe de Setor Educacional de Estabelecimento de E. Médio	FC-7
2	Coordenador Administrativo do C. E. Médio	FC-7
1	Chefe do Serv. de Biblioteca do Deptº do Ensino Médio	FC-7
1	Chefe de Serviço de Meios Técnicos Audiovisuais do Departamento do Ensino Médio	FC-7
84	Coordenador de Cadeira de Estabelecimento do E. Médio	FC-7
1	Chefe de Setor de Estatística e Contróle do E. E. E.	FC-8
1	Chefe de Setor de Organização Escolar	FC-8
1	Chefe de Setor de Expediente da Sec. da Presidência	FC-9
1	Chefe de Setor de Expediente do E. Elementar	FC-9
1	Chefe de Setor de Merenda Escolar do E. Elementar	FC-9
6	Orientador de Setor da Escola Parque do E. Elementar	FC-9
1	Chefe de Setor de Expediente do D. Administrativo	FC-9
3	Chefe de Setor do Deptº Administrativo	FC-9
1	Chefe do Setor de Expediente do Departamento do E. Médio	FC-9
5	Chefe de Setor Administrativo do Deptº do E. Médio	FC-9
2	Secretária-Dactilógrafa da Secretaria da Presidência	FC-10
1	Secretária-Dactilógrafa do Diretor do Deptº E. E.	FC-10

TABELA DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

Número de funções	DENOMINAÇÃO	Simbolo
1	Diretor Executivo .....	FC- 2
1	Chefe de Gabinete .....	FC- 3
1	Diretor de Deptº de Campos Especializados .....	FC- 3
1	Diretor de Deptº de Ação Comunitária .....	FC- 3
1	Diretor da Divisão da Administração Geral .....	FC- 4
1	Diretor da Divisão de Campos Especializados .....	FC- 4
1	Diretor da Div. de Coordenação de Obras Sociais .....	FC- 4
1	Diretor da Divisão de Assistência Técnica .....	FC- 4
1	Diretor da Divisão do Centro Comunitário .....	FC- 4
1	Assessor de Planejamento .....	FC- 5
3	Assessor Especializado .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Estatística .....	FC- 5
1	Chefe do Serv. de Avaliação e Métodos e Programas .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Assistência Judiciária .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Registro e Fiscalização de Obras .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Pesquisas Sociais .....	FC- 5
1	Chefe do Centro de Psicologia Aplicada .....	FC- 5
2	Chefe do Serviço Social Médico .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social Rural .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social do Menor .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social do Trabalho .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social da Família .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social Penitenciário .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social do Amparo as Mulheres .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço Social de Reabilitação .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Assistência Técnica .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Assistência e Supervisão DOC .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Centros Comunitários e Núcleo Vizinhança .....	FC- 5
1	Chefe de Serviço de Assistência e Supervisão em Grupo .....	FC- 5
1	Chefe de Serviço de Assistência e Supervisão em Caso .....	FC- 5
1	Chefe do Serviço de Contabilidade .....	FC- 6
1	Chefe do Serviço de Cadastro .....	FC- 6
1	Chefe do Centro do Serviço .....	FC- 6
1	Chefe do Centro de Serviço .....	FC- 7
1	Chefe do Setor de Registro Contábeis .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Material .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Pessoal .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Expediente e Arquivo .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Transporte .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Patrimônio .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Obras .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Caixa .....	FC- 9
1	Chefe do Setor de Documentação .....	FC- 9
1	Secretária-Dactilógrafa do Conselho do Diretor da Junta de Contrôles .....	FC-10
8	Chefe do Setor de Administração (Para cada Unidade de Serviço) .....	FC-10
1	Secretária-Dactilógrafa do Departamento de Campos Especializados .....	FC-10

ANEXO II

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO

Funções	VALORES
	Cr\$
FC- 2	123.000,00
FC- 3	117.000,00
FC- 4	111.000,00
FC- 5	105.000,00
FC- 6	100.000,00
FC- 7	95.000,00
FC- 8	90.000,00
FC- 9	85.000,00
FC-10	80.000,00
FC-11	75.000,00
FC-12	70.000,00
FC-13	65.000,00
FC-14	60.000,00

DECRETO Nº 301 — DE 6 DE MAIO DE 1964

Dispõe sobre a concessão da exploração dos serviços de transportes coletivos e individuais de passageiros.

O Prefeito do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, decreta:

Art. 1º A concessão da exploração de linhas de transporte coletivo e da exploração dos serviços de transporte individual de passageiros por veículos de aluguel (taxi) ficam suspensas temporariamente, ressalvado o direito daqueles que, até a data do presente decreto, hajam requerido ditas concessões.

Art. 2º A Divisão de Trânsito do Departamento de Segurança Pública da Superintendência Geral de Segurança e Interior submeterá à aprovação do Prefeito do Distrito Federal, dentro em trinta (30) dias a contar da vigência do presente decreto, as normas reguladoras das concessões de exploração de linhas de transporte individual de passageiros por veículos de aluguel (taxi), que deverão vigorar no Distrito Federal.

Art. 5º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 6 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente-Coronel — Prefeito em exercício do Distrito Federal.

DECRETOS DE 6 DE MAIO DE 1964

O Prefeito em exercício do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nomear Alvaro Jorge de Faria Salles, ocupante da função em comissão, símbolo FC-1, de Superintendente Geral de Agricultura, da Prefeitura do Distrito Federal, para exercer cumulativamente, sem prejuízo das suas atribuições normais e sem onus para a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, o cargo de Diretor-Geral da referida Fundação.

Brasília, 6 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente-Coronel — Prefeito em exercício do Distrito Federal.

O Prefeito em exercício do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Exonerar Georges Galvão do Cargo de Diretor-Geral da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Brasília, 6 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente-Coronel — Prefeito em exercício do Distrito Federal.

ATOS DO PREFEITO

PORTARIA Nº 327

O Prefeito em exercício do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta do processo nº 01.471-64, resolve dispensar, a pedido, Fábio de Novaes, da função em comissão, símbolo FC-4, de Chefe do Serviço de Estudos e Planejamento da Divisão de Engenharia Rural, do Departamento de Terras e Colonização, da Superintendência Geral de Agricultura, a partir de 5 de janeiro de 1964.

Brasília, 5 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente-Coronel — Prefeito em exercício do Distrito Federal.

PORTARIA Nº 328

O Prefeito em exercício do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, resolve retificar o termo da

Portaria nº 272, de 27 de abril do corrente ano, publicada no Diário Oficial do dia 30 do mesmo mês, para declarar que a dispensa de Rívia Maria Barreto Moura da função em comissão de Secretária-Dactilógrafa da Secretaria Geral de Administração, constante da mesma, é a pedido.

Brasília, 6 de maio de 1964. — Ivan de Souza Mendes, Tenente-Coronel — Prefeito em exercício do Distrito Federal.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Atendendo ao disposto no art. 29 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, conjugado com o de nº 89 da Lei de Sociedades Anônimas, tendo a grata satisfação de submeter a essa Ilustre Assembléia, para o seu exame e apreciação, o Balanço Geral das atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, relativo ao exercício de 1963.

De acordo com o art. 16, da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, após o pronunciamento da Assembléia Geral Ordinária, será este documento encaminhado, até 30 de abril do corrente ano, ao Tribunal de Contas, acompanhado do presente relatório, do Parecer do Conselho Fiscal e da Ata da Assembléia Geral de Acionistas.

Durante o exercício de 1963, as atividades da NOVACAP não corresponderam ao ritmo de trabalho dos anos anteriores, em razão de não ter sido possível à Administração enfrentar, com os recursos de que dispunha, a constante e crescente elevação de custos de materiais e mão de obra no país, mormente em Brasília, onde a falta de incentivo à iniciativa privada obrigou a NOVACAP a absorver, por ordem superior, a responsabilidade de milhares de operários que, à procura de trabalho, aportaram em Brasília, tornando-a como objetivo para a concretização de seus justos anseios de melhores dias.

Além das já enormes despesas com o quadro de funcionários desta Companhia, os aumentos salariais de julho último, de ordem de 70%, além das reclassificações exigidas pelas circunstâncias, anularam, praticamente, os esforços que vinham de há muito sendo feitos no sentido de se equilibrar a situação financeira da Empresa.

A grande quantidade de servidores da NOVACAP à disposição de vários órgãos da administração pública, em número superior a 2.500, cujos salários vem sendo pagos por esta Companhia, eleva, consideravelmente, o nosso dispêndio com o pessoal. Esperamos que tais funcionários sejam lotados, definitivamente, nos órgãos a que vêm servindo, e ainda, que sejam aproveitados nos vários órgãos da administração pública, os excedentes de pessoal, o que nos proporcionará uma enorme redução de despesas, possibilitando-nos, assim, uma maior aplicação nos empreendimentos da Companhia, para a mais satisfatória e plena execução dos seus fins.

Outrossim, enormes foram as importâncias fornecidas pela NOVACAP para suprimentos à Prefeitura do Distrito Federal e à Sociedade de Abastecimento de Brasília — S.A.B. — além de importâncias fornecidas para aumento do capital da I.C.B. — Transportes Coletivos de Brasília e para pagamento do programa de emergência executado por diversas firmas, por autorização da Prefeitura do Distrito Federal, atingindo esses suprimentos a uma soma superior a Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), durante o exercício de 1963. Tal soma inclui os pagamentos efetuados por ordem e conta da P.D.F.

todos os nossos servidores, que têm, com esforço e dedicação, cooperado quanto ao programa de emergência citado, teve como principal objetivo o amparo social aos milhares de desempregados que aportaram, como disse, a Brasília, cheios de esperanças, não encontrando aqui, com facilidade que esperavam as desejadas colocações, o que forçou as autoridades locais a proporcionarem os meios de subsistência, criando serviços em que pudessem eles ser empregados.

Antes de referir-me aos tópicos de maior relevância, no que concerne às atividades da Companhia, no ano de 1963, aprez-me aproveitar a oportunidade para destacar, com justiça, a valiosa e imprescindível colaboração dos altos dirigentes da Companhia: Diretores, Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal,

bem assim, dos Chefes de Departamentos, Divisões e Serviços, como de para facilitar e tornar mais eficiente a tarefa da administração. Não podemos esquecer, também, a tarefa desempenhada pelos fornecedores, firmas construtoras e por todos aqueles que, direta ou indiretamente ligados a NOVAÇAP, contribuíram e continuam contribuindo, cada um no seu setor, com abnegação e sacrifício para a concretização do gigantesco trabalho da construção de Brasília e, agora, mais precisamente, para a sua consolidação como Capital da República.

**Situação financeira**

Os recursos obtidos pela NOVAÇAP durante o exercício de 1963, para atender às necessidades dos serviços, foram os seguintes:

	Cr\$
a) Saldo que passa do exercício de 1962	1.634.680.096,80
b) Produto de Operações autorizadas: Letras do Tesouro Nacional	20.791.177.955,60
Adiantamentos bancários	2.915.655.961,80
c) Prestações de vendas de imóveis	1.157.926.183,30
d) Idem, de Obrigações Brasileiras	1.212.465,80
e) Receita dos serviços de Água, Esgotos, Luz, Força e Telefone	1.126.105.627,30
f) Recursos provenientes de depósitos, Obras Delegadas, Devedores, Cauções, alugueis de imóveis, Ordens de pagamento, etc.	1.610.956.730,20
g) Subvenção federal para atender ao pagamento de aumento salarial	3.051.945.382,50
<b>Total</b>	<b>32.287.660.493,30</b>

Com estes recursos a Companhia liquidou compromissos no montante de Cr\$ 28.516.327.690,20, os quais se concentram evidentemente discriminados no Balanço Financeiro.

A diferença entre o total da receita e das despesas, isto é, a importância de Cr\$ 3.771.332.713,10, foi transferida para o exercício de 1964.

Até 31-12-63, as operações de crédito realizadas pela NOVAÇAP, devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração, com o Governo Fe-

deral, somaram a quantia de Cr\$ 78.719.600.000,00 que corresponde a responsabilidade registrada no passivo exigível da Companhia.

Como das vezes anteriores, as operações se processaram com a emissão de Obrigações Brasileiras, entregues ao Tesouro Nacional que nos dá em troca Letras do Tesouro, cuja colocação fica a cargo do Banco do Brasil S.A.

As cauções já feitas se expressam pelas seguintes cifras:

	Cr\$
1 — Caução de acordo com o Aviso Ministerial de 11-7-58, de nº 586	1.100.000.000,00
2 — Idem, idem, de 17-7-58	15.400.000.000,00
3 — Idem, idem, de 29-12-58, nº 631	20.460.000.000,00
4 — Idem, idem, de 9-5-61, nº 90	2.750.000.000,00
5 — Idem, idem, de 19-7-61, nº 442	9.900.000.000,00
6 — Idem, idem, de 20-7-62	252.600.000,00
7 — Idem, idem, de 8-8-62	520.000.000,00
8 — Idem, idem, de 11-9-62	567.000.000,00
9 — Idem, idem, de 27-9-62	567.000.000,00
10 — Idem, idem, de 15-10-62	4.043.000.000,00
11 — Idem, idem, de 2-2-63	650.000.000,00
12 — Idem, idem, de 1-3-63	1.350.000.000,00
13 — Idem, idem, de 27-9-63	260.000.000,00
14 — Idem, idem, de 13-3-63	2.500.000.000,00
15 — Idem, idem, de 19-4-63	18.400.000.000,00
<b>Total</b>	<b>78.719.600.000,00</b>

**Compromissos no Exterior**

A NOVAÇAP findou o exercício de 1962 com os seus compromissos no exterior em dia. Em fins daquele exercício foi conseguido um crédito do Banco do Brasil para pagamento de todos os seus débitos externos, quase todos com o aval do Tesouro Nacional e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

No exercício de 1963, exceção feita a Cr\$ 77.085.155,00 pagos no exterior e correspondente a compromissos assumidos pela NOVAÇAP, por força do Convênio firmado com a "Celg" — Centrais Elétricas de Goiás S.A., nenhuma outra liquidação de nossos compromissos externos foi feita, continuando eles pendentes, com os juros respectivos.

Sómente neste exercício de 1964 foi conseguido um crédito para essas liquidações. Mas a ordem para o res-

gate de toda a dívida de 1963 só chegou à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil em março de 1964, não tendo a Carteira consentido no fechamento do câmbio em virtude da taxa cambial ter sido elevada de Cr\$ 620,00 para, aproximadamente, Cr\$ 1.200,00.

Ao Sr. Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda já encaminhamos um pedido suplementar de verba, a fim de se poder efetuar as remessas totais de 1963.

O total do débito vencido e não liquidado atinge a Cr\$ 3.293.772.266,00, incluindo-se o absorvido pela NOVAÇAP por força do Convênio a que já nos referimos, firmado com a "CELG" — Centrais Elétricas de Goiás S.A.

A posição desses compromissos em 31-12-63 é a seguinte, incluindo-se capital e juros vencidos normais:

	US\$
Export & Import Bank of Washington — USA	9.444.240,00
Allis Chalmers International Co. — USA	29.035,83

A mesma (aditivo) — USA	14.405,37
Establisements Emile Deremont — França	163.000,00
A mesma (aditivo) — França	18.600,00
General Motors Overseas Operations — USA	10.180,40
Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson — Suécia	311.391,84
A mesma (aditivo) — Suécia	94.685,80
Siemens I Schukertwerke A. G. — Alemanha	223.454,10
Siemens & Halske Aktiengesellschaft — Alemanha	281.932,10
Parson & Crossland Ltd. — Inglaterra	145.477,84
Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson — Suécia	682.201,45
Foreign Distributors Division — USA	232.277,38
Dano Ingeniørforening Meskinfabrik — Dinamarca	155.123,69
International General Electric Co. — USA	4.046.765,58
A mesma (aditivo) — USA	1.010.493,32
A mesma (aditivo) — USA	2.820.307,57
Radio Corporation of America — USA	829.842,76
A mesma — USA	520.781,55

**Obras e Serviços da "Celg"**

A. Takahaei & Co. Ltd. — Japão	44.400,00
Ab. Svenska Metallverken — Suécia	28.038,17
Gruppo Ind. Elettro Meccaniche per Impianti — GIE — Itália	573.559,22
O mesmo (aditivo) — Itália	117.377,30
<b>Convênio com a "Celg"</b>	
Société Générale de Constructions Electriques — França	59.232,52
Establisements Eteilers Neyrer — Beylier et Picard — Pidal — Neypero — França	50.526,45
<b>Total</b>	<b>21.921.330,11</b>

**Água e Esgoto**

No setor de saneamento básico conseguimos manter um padrão relativamente bom, quer na manutenção e ampliação dos sistemas já em operação, bem como concretizamos obras novas, principalmente nas cidades-satélites.

O abastecimento d'água do Plano Piloto forneceu em dia, 50.000 m<sup>3</sup>/dia e aproximadamente 12.000 m<sup>3</sup>/dia nas cidades-satélites. Ampliamos as redes do Plano Piloto, Mansões Suburbanas, Península Norte e Setor Dom Bosco, bem como das cidades-satélites de Sobradinho e Taguatinga, tendo uma extensão de aproximadamente 170.000 metros.

Iniciamos e concluímos os abastecimentos de Planaltina, Brasília e das Mansões do Lago, num total de 25.000 metros de rede assentada. Completamos e iniciamos a construção do reforço de Taguatinga e Sobradinho, bem como os estudos preli-

minares do abastecimento da cidade-satélite do Gama.

Não conseguimos, entretanto, iniciar as seguintes obras programadas: conclusão do Reservatório R-3, duplicação da Estação de Tratamento d'água, conclusão da sub-adutora, rede da Asa Norte e serviço de irrigação das áreas verdes.

O sistema de esgotos sanitários além das ampliações para atender as novas áreas, tratou em média de ... 25.000 m<sup>3</sup>/dia, com uma eficiência que atingiu a 85% na D.B.O.

Concluímos o emissário do Setor de Indústria e Abastecimento, bem como a montagem das elevatórias do Palácio da Alvorada. Iniciamos a construção do Coletor Geral Norte e a Estação de Tratamento de Esgotos da Asa Norte. Concluímos o interceptor do Norte e iniciamos a Estação de Tratamento de Sobradinho. Projetamos o sistema de esgotos de Taguatinga.

No setor de águas pluviais mantivemos a rede construída bem como iniciamos a construção da Galeria da Quadra 34 do SHIG.

Concluímos a montagem da Estação de Tratamento de Lixo, a qual já se encontra em funcionamento em caráter de experiência.

Pretendemos no exercício de 1964 dar andamento aos seguintes serviços: 1) duplicação da Estação de Tratamento de água; 2) conclusão do Reservatório R-3; construção do novo sistema de abastecimento d'água de Taguatinga; 4) construção do sistema de esgotos sanitários de Taguatinga; 5) construção do reforço de captação de Sobradinho; 6) Estação de tratamento de esgotos de Sobradinho; 7) Construção da rede de água da Asa Norte, bem como concluir os serviços iniciados em 1963.

Finalmente, chamamos a atenção para o sistema de irrigação de áreas verdes, no qual vemos fator de humanização da Nova Capital do Brasil e para cujos serviços chamamos a atenção.

**Força e Luz**

No setor de energia elétrica, conseguimos, em 1963, realizar obras e manter as já existentes satisfatoriamente, apesar das dificuldades financeiras por demais conhecidas. Cumpre salientar que Brasília foi a única Capital no país que não teve necessidade de racionar o consumo de energia elétrica na crise verificada no fim do ano passado e que ainda perdura neste início de ano em todas as outras regiões do país.

**LEI DO INQUILINATO**

- LEI Nº 4.240, DE 28-6-1963
- LEI Nº 1.300 DE 28-12-1950
- LEI Nº 1.462, DE 26-10-1951
- LEI Nº 3.912, DE 3-7-1961

**DIVULGAÇÃO Nº 663-A**

1ª edição

PREÇO CR\$ 35,00

A VENDA

Seção de Vendas  
Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I:  
Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo  
Serviço de Reembolso  
Postal

Conseguimos colocar em pleno funcionamento a Usina do Paranoá, que foi um dos fatores que sustentou e tem sustentado o abastecimento de energia elétrica ao Distrito Federal. Ainda na parte de geração, financiamos a "CELG" — Centrais Elétricas de Goiás S.A., na construção do reforço de energia a Goiás e ao Distrito Federal que instala a linha de transmissão de Peixoto a Cachoeira Dourada. Ainda mais: demos todos os esforços para que fosse iniciada a construção da linha de transmissão de Três Marias ao Distrito Federal, única solução que a nosso ver poderá resolver em tempo as necessidades de Brasília. Sugérimos mesmo que o Governo contribua com a sua substancial ajuda na realização dessa obra que é de capital importância para a consolidação de Brasília como Capital Federal.

Temos orgulho de entregar ao Governo de Brasília, em 1964, a mais moderna rede de distribuição no país.

Nesta rede foram instalados 40.000 metros de dutos em sua rede subterrânea nos quais foram enfiados 30.000 metros de cabos de alta e baixa tensão. Com isto conseguimos ultrapassar a Capital Paulista nesse setor.

Em linhas aéreas, foram esticados 290.000 metros de condutores nos bairros residenciais do Plano Piloto, cidades satélites, tendo sido, ultimamente, Gama ligada ao sistema do Distrito Federal. Foram construídas e instaladas subestações no total de 30.000 KVA.

Convém salientar que continuaram os nossos esforços para a manutenção e operação do gigantesco sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Distrito Federal.

**Serviço Telefônico**

Apesar dos poucos recursos destinados a este setor e necessários a um completo atendimento de todos os nossos serviços e cumprimento das previsões para 1963, não temos razões para não considerar satisfatórios os resultados do exercício.

Assim é que no setor de instalações de novos circuitos, conseguimos, em abril de 1963, elevar para 400 linhas a capacidade da estação que funcionando inicialmente, em Taguatinga como satélite da Estação "2", passou a funcionar como estação principal, usando o prefixo "9". Tiveram também início as obras de ampliação da Central Telefônica Sul, para mais 4.000 linhas. Foram realizados vários trabalhos de canalização e lançamento de cabos para um bom número de quadras e superquadras.

No sentido de um melhor atendimento a novos assinantes, conseguimos instalar 2.171 aparelhos telefônicos, 642 extensões, 495 PBX e 495 ramais.

A situação operacional resumiu-se na manutenção em funcionamento dos equipamentos instalados, assim mesmo de maneira algo precária por falta de peças e pessoal técnico qualificado, em número suficiente, visto como o DTUI não contou com o

apoio financeiro necessário. Melhorias efetivamente não puderam ser conseguidas em consequência da não aprovação dos diversos programas de trabalho e propostas no plano Trienal do Departamento.

Foram instalados dois Postos Telefônicos Públicos, localizados na Estação Rodoviária, no Gavião e na Asa Norte Comercial.

**Obras e Serviços**

No exercício de 1963, foram concluídas pelos diversos órgãos especializados da NOVACAP, as seguintes obras: 1) 7 unidades destinadas às Escolas Classes, situadas nas SQ. 407-408, 413-414 — Sul 403/404 e 405/406 — Norte, Cidades Satélites de Planaltina e Brasília; 2) Prédio do Departamento Imobiliário, em Taguatinga e adaptação do existente no Núcleo Bandeirante; 3) Prédio do Regimento de Cavalaria, situado no Setor Militar; 4) Quatro prédios destinados ao Almoarifado do Departamento do Material da NOVACAP, situados no Setor de Armazenagens; 5) Obras de adaptação da Central Telefônica Sul; 6) Adaptação do Congresso Nacional, situada na Esplanada dos Ministérios; 7) Obras de acréscimo do Hospital São Vicente de Paula, de Taguatinga.

Encontram-se em fase de acabamento a obra da Escola-Classe, localizada no Núcleo Bandeirante e o Edifício de Apartamentos — da SQ 315 que já foram distribuídos e estão sendo ocupados por servidores da Companhia. Encontram-se, ainda, em andamento: 1) Edifício do Palácio do Itamarati, com a estreita colaboração do Ministério das Relações Exteriores, obra esta em ritmo acelerado. Em ritmo normal estão sendo igualmente executadas: 2) Anexo da Câmara dos Deputados; 3) Edifício de Apartamentos da SQ 103; 4) Galerias do Palácio do Planalto; 5) Edifício na Municipalidade; 6) Tribunal de Contas da União e 7) Diversas obras de acréscimo e serviços nas casas dos Srs. Ministros, situadas no QL 4, na Zona Sul — SHI. Em fins de 1963 tiveram reinício as obras da Torre de Televisão.

Foram ainda iniciadas várias outras obras, entre as quais: 1) Quartel da 1.ª Bateria Anti-Aérea, situado no Setor Militar do Distrito Federal; 2) Jardim da Infância, no Setor Econômico (Gavião); 3) As unidades, em número de 4, das Subestações do Departamento de Força e Luz; 4) Três Unidades, Integrações de Saúde, localizadas na Asa Norte, Asa Sul e Taguatinga; 5) Guarita e Casa de Balança do Almoarifado do Departamento do Material da NOVACAP e 6) Áreas para esportes, das Unidades de Vizinhança da SQ 102/103 e 105, 107.

As obras de urbanização, que compreendem todas as suas fases e de responsabilidade do Departamento de Viação e Obras, tiveram, também, andamento apreciável em 1963.

Assim é que várias obras de urbanização e serviços de conservação de urbanização do Plano Piloto e suas adjacências e das vias de acesso em ritmo permitido pelos recursos que lhe foram atribuídos, tendo sido executadas:

<b>1) Serviços de Pavimentação:</b>	
a) Regularização do Sub-leito .....	328.650,00 m <sup>2</sup>
b) Reforço do Sub-leito .....	12.327,000m <sup>3</sup>
c) Base estabilizada .....	113.498,000m <sup>3</sup>
d) Imprimiçao .....	589.181,00 m <sup>2</sup>
e) Capa de Concreto Asfáltico .....	494.988,00 m <sup>2</sup>
<b>2) Serviços de Tatrapiagem:</b>	
Volume transportado pelas Patrulhas, por regime de aluguel-hora .....	900.727,000m <sup>3</sup>
<b>3) Obras de Arte Especiais e correntes:</b>	
Fôrmas .....	13.315,00 m <sup>2</sup>
<b>Ferragem:</b>	
a) CA-37 .....	64.791,00 kg
b) TOR-50 .....	47.272,00 kg
Caixa de Aço Freyssinet .....	24.479,00 kg

Concreto Estrutural .....	3.004,000m <sup>3</sup>
Escoramento .....	9.330,000m <sup>3</sup>
Melos fios (confeccao e assentamento) .....	84.292,00 m <sup>1</sup>
Passeios de concreto, de 0,05m .....	54.270,00 m <sup>2</sup>
Calçada de Pedra Portuguesa .....	8.697,00 m <sup>2</sup>

**Situacão Patrimonial**

As obras de construção e urbanização de Brasília, assim como os serviços complementares, se encontram registrados no Ativo da Companhia, até que se efetive a sua transferência para o Governo da União e Prefeitura do Distrito Federal, nos termos de dispositivos das Leis ns. 2.874, de 19-9-56 e 3.754, de 14-4-60.

Até 31-12-63, as inversões realizadas atingiram os seguintes valores:

	Cr\$	Cr\$
<b>Imobilizações</b>		
Edifícios Públicos .....	11.149.583.702,20	
Monumentos Públicos .....	4.369.523,50	
Edifícios Diversos .....	2.859.885.514,80	
Terenos .....	22.468.550,50	
Bens de Servidão Pública .....	15.805.829.208,60	
Serviço de Força e Luz .....	3.132.868.859,50	
Serviço de Telefones .....	2.441.995.862,60	
Serviço de Agua e Esgotos .....	5.376.162.533,70	
Obras e Serviços em Andamento .....	10.304.090.387,90	
Cidades Satélites .....	1.259.559.030,70	
Granjas Modelos e Sítios Rurais .....	360.854.542,30	
Equipamentos em Geral .....	3.142.932.890,90	
Móveis, Máquinas e Utensílios .....	326.748.892,50	
Estudos, Planos e Projetos .....	268.753.803,90	
Bens e Direitos Incorporados .....	149.099.816,70	
Livros e Documentários Diversos .....	9.691.615,20	
Ligação Rádio Rio-S. Paulo .....	6.669.705,00	
Bens em poder de Terceiros .....	26.335.807,10	56.647.900.247,00
<b>Valores Realizáveis</b>		
Valores Mobiliários — Quotas Integralizadas, da TCB e SAB .....	487.158.748,60	
Prefeitura do Distrito Federal .....	7.383.079.426,50	
Serviço Subsistência — c/Movto. ....	132.708.619,50	
Governo da União — c/Movto. ....	976.980.097,10	
Letras do Tesouro Nacional .....	438.545.594,60	
Almoarifado Geral .....	1.004.453.500,90	
Débitos de terceiros, a receber .....	7.354.871.724,00	18.237.797.711,20
<b>Pendentes</b>		
Débitos pendentes transferidos (DAE, DFL, DTUI e outros) .....		10.023.359.081,80
<b>Transitórios</b>		
Obras Delegadas .....	3.328.818.337,60	
Outros valores transitórios .....	595.856.236,00	3.924.674.573,60
Soma de Inversões .....		88.833.731.613,60
Valor do Ativo Realizável não resultante de Inversões ..		7.949.238.925,20
		96.782.970.538,80
Saldo não aplicado .....		3.771.332.713,10
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b>100.554.303.251,90</b>

Estes valores estão devidamente analisados nos quadros anexos ao Balanço Geral.

Em contraposição aos valores ativos, encontram-se demonstradas as dívidas da Novacap ao passivo não exigível, cuja distribuição é a seguinte:

	Cr\$	Cr\$
<b>Passivo Exigível</b>		
A curto prazo .....		7.068.202.362,40
<b>A longo prazo:</b>		
Empréstimo no Exterior .....	217.603.397,10	
Em prestações e Obrigações .....	241.808.416,30	
Governo da União, c/Letras do Tesouro .....	78.719.600.000,00	79.179.011.813,40
Pendentes .....		52.959.656,90
Transitório .....		52.662.896,50
Soma do Passivo Exigível .....		86.352.836.729,20
<b>Passivo não Exigível</b>		
Capital .....		500.000.000,00
Fundo p/Aumento de Capital .....		30.407.421,00
Reservas Transferidas (DAE, DFL, DTUI) .....		2.087.403.852,20
Benefícios na revenda de terrenos .....		10.081.423.252,70
Soma .....		12.699.239.525,90
Menos: Depreciações .....		1.502.226.396,80
Soma do Passivo não Exigível .....		11.197.013.129,10

Seh e ponto de vista contábil o patrimônio líquido da Companhia está representado pela diferença entre o passivo não exigível, Cr\$ 11.197.013.129,10 e as contas de despesas que não sofrem rateio e constantes do Ativo (Cr\$ 10.623.359.081,80) ou seja o valor de Cr\$ 1.173.653.447,30, resultado que tem o sentido econômico sem maior expressão, de vez que os bens patrimoniais da Novacap, que no Balanço se contrapõem aos compromissos deverão ser oportunamente transferidos ao Governo da União e Prefeitura do Distrito Federal.

Brasília, 25 de março de 1964, — Evaristo Daltro de Castro, Presidente.





BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 1963

ATIVO

PASSIVO

	Cr\$	Cr\$
<b>21 — Valores imobilizados</b>		
01 — Bens e Direitos Incorporados .....	149.099.815,70	
02 — Estudos, Planos e Projetos .....	268.753.803,90	
03 — Bens de Serviço Pública .....	15.805.829.208,60	
04 — Edifícios Públicos .....	11.149.583.702,20	
05 — Edifícios Diversos .....	2.859.885.514,80	
06 — Granjas Fazendas Modelo .....	360.854.542,30	
07 — Cidades Satélites .....	1.259.559.030,70	
10 — Usinas de Eletricidade .....	925.204.954,00	
11 — Equipamento Industrial .....	33.540.954,00	
12 — Equipamento de Transporte .....	616.402.176,20	
13 — Equipamento de Engenharia .....	20.160.004,10	
14 — Equipamento de Terraplenagem .....	86.641.989,30	
15 — Equipamento Agrário .....	9.663.081,30	
16 — Equipamento de Comunicações .....	390.911.279,70	
17 — Equipamento p/Fins Assist. e Educac. ....	4.695.368,20	
18 — Equipamento de Segurança .....	8.846.583,20	
19 — Equipamento de Construção .....	37.842.376,90	
20 — Móveis, Máquinas e Utensílios Diversos .....	326.748.892,50	
21 — Livros e Documentários Diversos .....	9.691.615,20	
22 — Equipamentos Diversos .....	114.594.910,70	
23 — Equipamentos de Eletricidade .....	275.989.903,70	
26 — Ligação Rádio, São Paulo a Brasília .....	6.669.705,00	
27 — Material e Equipamentos Importados .....	618.439.309,60	
29 — Monumentos Públicos .....	4.369.523,50	
30 — Terrenos .....	22.468.550,50	
31 — Serviços de Água e Esgotos .....	5.376.162.533,70	
32 — Serviços de Telefones Urbanos e Inter. ....	2.441.995.862,60	
33 — Serviços de Força e Luz ..	3.132.868.859,50	
34 — Bens em Poder de Terceiros .....	26.335.807,10	46.343.809.859,70
<b>12 — Valores Disponíveis</b>		
01 — Caixa Geral ..	164.615.649,10	
02 — Bancos no País .....	1.847.535.478,50	
03 — Bancos no Exterior .....	199.335,70	
04 — Escritórios Regionais .....	131.154.412,20	
05 — Adiantamentos .....	1.233.704.496,80	
06 — Bancos c/Vinculada .....	394.723.340,80	3.771.332.713,10
<b>13 — Valores realizáveis a curto prazo</b>		
04 — Devedores Diversos .....	3.455.511.903,90	
05 — Almoxarifado Geral .....	1.004.453.500,90	
06 — Depósitos e Cauções .....	179.174,50	
08 — Terrenos Disponíveis para Venda .....	7.436.713.203,10	
09 — Prestamistas c/Obrigações .....	62.581.438,60	
10 — Prestamistas c/Aquisição de Imóveis .....	3.832.008.844,70	
13 — Serviços de Subsistência c/Movimento .....	132.708.619,50	
14 — Títulos a Receber .....	3.063.442,10	
16 — Fornecedores c/Pagamentos Antecipados .....	278.757.760,00	
17 — Prefeitura do Distrito Federal .....	7.843.079.426,50	
18 — Cheques de Terceiros em Cobrança .....	3.087.954,40	
19 — Letras do Tesouro Nacional .....	438.545.594,60	
20 — Governo da União c/Movimento .....	976.980.097,10	
21 — Valores Mobiliários .....	487.158.748,60	
23 — Aluguéis a Receber .....	1.526.920,20	25.956.356.628,70
<b>14 — Valores Pendentes</b>		
01 — Obras e Serviços em Andamento .....	10.304.090.387,30	
09 — Serviço Telefônico c/Despesas .....	3.322.202.193,90	
12 — Serviço de Força e Luz c/Despesas .....	2.891.484.519,10	
13 — Depósitos Judiciais .....	22.600,00	

	Cr\$	Cr\$
<b>21 — Valores não Exigíveis</b>		
01 — Capital .....	500.000.000,00	
03 — Fundo de Depreciações ...	1.502.236.996,80	
04 — Fundo p/Aumento de Capital .....	30.407.421,00	2.032.634.417,80
<b>22 — Valores Exigíveis a Curto Prazo</b>		
01 — Obrigações a Pagar .....	78.661.137,80	
02 — Fornecedores .....	1.233.887.154,00	
03 — Credores Diversos .....	2.586.291.633,00	
04 — Bancos c/Garantida .....	553.017.704,00	
05 — Contribuições a Recolher ..	1.258.748.479,50	
06 — Salários a Pagar .....	136.690.404,50	
07 — Fornecedores no Exterior ..	1.007.562.603,00	
08 — Credores p/Depósitos Cauccionados .....	176.828.836,00	
11 — Ordens de Pagamentos ...	12.991.627,00	
12 — Credores p/Cauções Telefônicas .....	3.476.552,00	
13 — Consignações a Favor de Terceiros .....	146.831,60	7.068.202.362,40
<b>23 — Valores Exigíveis a Longo Prazo</b>		
02 — Empréstimos no Exterior ..	217.692.397,10	
03 — Empréstimos c/Obrigações ..	241.808.416,30	
04 — Governo da União c/Letras Tesouro .....	78.719.600.000,00	79.179.011.813,40
<b>24 — Valores renuncias</b>		
01 — Benefícios na Revenda de Terrenos .....	10.081.428.232,70	
11 — Serviço Telefônico c/Receita .....	1.534.083.584,40	
13 — Créditos Pendentes .....	52.959.656,90	
14 — Serviços de Força e Luz c/Receita .....	407.047.923,30	
15 — Serviços de Água e Esgotos c/Receita .....	146.272.359,50	12.221.791.761,80
<b>25 — Valores transitórios</b>		
02 — Bancos c/Cheques Emitidos .....	52.662.896,50	52.662.896,50
<b>26 — Valores Transitórios</b>		
01 — Obrigações Contratadas ...	11.962.954.310,80	
02 — Convênios Assinados .....	1.109.582.708,70	
03 — Emissão de Obrigações ....	75.300.860.000,00	
04 — Caução de Títulos .....	34.820.538,50	
06 — Cobrança de n/Conta .....	2.158.544.520,10	
07 — Financiamentos Obtidos no Exterior .....	2.856.912.200,50	

(Continua)

## ATIVO

## PASSIVO

(Continuação)	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
14 — Valores a Recuperar .....	3.223.171,20			
15 — Serviços de Água e Esgotos c/Despesas .....	3.819.672.368,80			
16 — Débitos Pendentes .....	227.434.236,50	20.558.129.476,80		
<b>15 — Valores Transitórios</b>				
01 — Instalações .....	587.290.866,40			
03 — Obras Delegadas .....	3.328.818.337,60			
04 — Núcleo Bandeirante .....	8.565.369,60	3.924.674.573,60		
		100.554.303.251,90		
<b>16 — Valores de Compensação</b>				
01 — Contratos de Serviços ...	434.033.156,40			
02 — Contratos de Obras .....	14.518.256.711,60			
03 — Contratos de Abertura de Crédito .....	1.000.000.000,00			
04 — Contratos Diversos .....	2.010.644.442,60			
05 — Convênios .....	1.109.582.706,70			
06 — Obrigações a Emitir .....	17.860.000,00			
07 — Obrigações Emitidas .....	75.283.000.000,00			
08 — Títulos Recebidos em Cau- ção .....	34.820.568,50			
11 — Valores em Cobrança .....	2.158.544.520,10			
12 — Empréstimos Financiados no Exterior .....	2.856.912.200,50			
14 — Títulos em Custódia .....	74.810.860.000,00			
15 — Créditos Abertos no Exte- rior .....	56.407.118,70			
16 — Obrigações na Tesouraria.	39.417.000,00			
17 — Obrigações nos Escritórios.	620.000,00			
18 — Obrigações nos Bancos .....	70.000,00			
19 — Fianças Bancárias .....	43.450.944,00	174.374.479.389,10		
		274.928.782.641,00		74.928.782.641,00

Brasília, 31 de dezembro de 1963. — *Evaristo Dalto de Castro*, Presidente. — *Humberto de Paula Antunes*, Diretor-Executivo — *José Passos Pôrto*, Diretor Financeiro — *Armando José Buchman*, Diretor Administrativo — *José dos Reis Castro*, Chefe do Departamento Geral de Contabilidade — Contador Geral — CRC DF N.º 201

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — Novacap, abaixo assinados, em cumprimento das determinações legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Geral e respectivo demonstrativo da Conta Lucros e Perdas, demais livros, documentos e contas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1963, bem assim também apoiando-se nos seus pareceres pertinentes aos I, II, III e IV trimestres, consignados nas respectivas atas de reuniões, opinam pela aprovação dos mesmos, com restrições, pela Assembléia Geral Ordinária.

Sustentam, ainda, os membros do Conselho Fiscal — com veemência — a irrecusável conveniência na urgente reformulação dos métodos então adotados pela Companhia de modo a ajustá-los a uma técnica mais moderna no que parecer possível, sobretudo, buscando apoiar-se nas normas que

acautelam e disciplinam a Contabilidade Pública da União. Atingido esse objetivo, a Novacap disporá de melhores e seguras condições para o controle da situação patrimonial, econômica e financeira.

Finalmente, tem-se a considerar que os negócios da Novacap envolvendo profunda complexidade, ensejam possibilidades de erros e falhas, tanto mais quanto tem havido, com freqüência, soluções de continuidade administrativa face aos imperativos das substituições na direção dos órgãos executivos.

Brasília 24 de abril de 1964. — *Armando Lages*, Conselheiro. — *Vicente Assumpção*, Conselheiro. — *Alberto de Freitas Santos*, Conselheiro. — *The-mistocles Barcellos*, Conselheiro. — *Francisco Monteiro de Almeida Filho*, Conselheiro.

## ARQUIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres, acórdãos dos tribunais judiciais, legislação, acompanhado de índices analítico e alfabético. Publicação trimestral.

N.º 85 — MARÇO — 1963

Preço: Cr\$ 300,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

FIRMA	Número do auto	Multa	FIRMA	Número do auto	Multa
Comiss. Est. p/Com. Industrialização Leite ..	19.321	5.000,00	Condomínio Edifício Flórida .....	22.695	2.000,00
Comiss. Est. p/Com. Industrialização Leite ..	24.754	5.000,00	Condomínio Edifício Helen .....	17.269	2.000,00
Comiss. Est. p/Com. Industrialização Leite ..	17.198	5.000,00	Condomínio Edifício Helen .....	17.268	2.000,00
Comiss. Est. p/Com. Industrialização Leite ..	15.062	5.000,00	Condomínio Edifício Helen .....	17.267	2.000,00
Com. e Indústria Fluminense Produtos Alim- entícios Lt. ....	20.439	3.000,00	Condomínio Edifício Monte Libano .....	19.302	2.000,00
Com. e Indústria Fluminense Produtos Alim- entícios Ltda. ....	20.439	3.000,00	Condomínio Edifício Rosana .....	19.289	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	18.527	2.000,00	Condomínio Edifício Royal Star .....	14.043	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	18.528	2.000,00	Condomínio Edifício "Royal Star" .....	14.044	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	17.843	3.000,00	Condomínio Edifício "Royal Star" .....	14.045	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	22.224	2.000,00	Condomínio Edifício Vassal .....	13.289	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	22.223	2.000,00	Confecções Ruki .....	23.350	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	22.222	2.000,00	Confecções Ruki .....	23.349	400,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.105	1.000,00	Confecções Ruki .....	23.348	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	25.445	5.000,00	Confecções Ruki .....	23.347	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	25.446	5.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	21.920	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.103	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	21.919	200,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.102	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	21.918	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.101	4.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	21.921	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.100	500,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.491	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.099	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	23.213	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	23.104	1.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	14.060	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	21.978	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	14.074	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	21.979	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	15.444	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	17.576	4.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	15.443	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	17.574	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	19.325	5.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	17.575	200,00	Confecções Villela Ltda. ....	15.442	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	20.718	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	15.441	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	20.719	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	15.445	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	20.717	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	14.360	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	15.359	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.270	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	15.860	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.269	800,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	25.471	4.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.268	3.200,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	18.510	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.267	5.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	20.012	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.266	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	20.011	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	25.049	5.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	20.010	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	19.353	2.000,00
Com. e Indústria Rio Janeiro S. A. ....	22.696	2.000,00	Confecções Villela Ltda. ....	24.796	2.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	23.072	4.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	25.239	2.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	25.243	1.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	25.241	1.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	25.240	5.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	25.242	2.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	20.459	2.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	24.853	1.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	21.613	1.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	21.018	1.000,00
			Confecções Villela Ltda. ....	21.017	1.000,00

Niterói, 2 de abril de 1964. — Sebastião Bibiano Torres, Delegado Regional.

**1ª Diretoria de Tomada de Contas**

EDITAL Nº 534

Proc. nº 62.998/60 — Pelo presente Edital fica intimado Joaquim Josino da Rocha, manipulante, tarefeiro, que exerceu as funções de tesoureiro da Agência Postal Telegráfica em Pio Nono, no Estado do Piauí, para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos a importância de Cr\$ 84.407,50, alcance apurado no processo nº 62.998/60, de tomada de suas contas relativas ao período de 1º de janeiro a 24 de fevereiro de 1960, a cujo pagamento, acrescido dos juros

de mora, foi o mesmo condenado por Acórdão deste Tribunal, dº 13 de dezembro de 1961, sob pena de alienação administrativa da fiança.

O débito provém de saldo de vendas telegráfica e postal no período de 1º a 24 de fevereiro de 1960 (Cr\$ 28.197,90); rendas telegráfica e postal do mês de dezembro de 1959 (Cr\$ 10.176,00); rendas postal e telegráfica do mês de janeiro de 1960 (Cr\$ 3.403,40); e importância correspondente a registrados — com valores de ns. 11.251, 645, 65, 85, 1.048 a 1.650, 4.489, 15.844 a 15.848 Cr\$ 39.620,20.

1ª Diretoria de Tomada de Contas, em 17 de abril de 1964. — Rubem de Oliveira Lima, Diretor.

**PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL**

**Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**

EDITAL DE CITAÇÃO

Francisco M. C. Imperial, Presidente da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria nº 591 de 23 de abril de 1964, do senhor Interventor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), tendo em vista o disposto no parágrafo 2º, do art. 232 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União

(local incerto e não sabido), CITA, pelo presente Edital, Santino Rodrigues de Mattos, operário rural, matrícula nº 17.652, funcionário desta Companhia, para, no prazo de quinze (15) dias a partir da publicação deste, comparecer na Sala do Conselho Fiscal, na sede da NOVACAP, no horário do expediente, a fim de apresentar defesa escrita no Processo Administrativo a que responde por abandono de cargo, sob pena de revelia. Brasília, 5 de maio de 1964. — Francisco M. C. Imperial, Presidente.

**BANCO DO BRASIL S. A. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

Lei nº 3.244 de 14-9-57 — Art. 58, §§ 1º, 2º e 3º

Montante do subsídio concedido a produtores nacionais de fertilizantes, inseticidas e sementes, por venda efetuadas nos meses abaixo indicados, de acordo com deliberação do Exmo. Sr. Presidente da República, contida em exposição de motivos, nº 692, de 4-19-63. (Diário Oficial da União de 1º-11-63):

EMPRESAS	PRODUTOS	MESES	Montante do subsídio concedido
Cia. Agrícola de Minas Gerais S.A. CAMIG, de Belo Horizonte (MG)	Fosfato	Dezembro	Cr\$ 5.784.427,80
Quimbrasil — Química Industrial Brasileira S.A., de São Paulo (SP)	Superfosfato	Dezembro	51.916.194,80
Cia. Riograndense de Adubos — C.R.A., de Porto Alegre (RS)	Superfosfato	Dezembro	3.580.294,90
Ielsa S.A. — Indústria e Comércio, de Rio Grande (RS)	Superfosfato	Dezembro	1.316.080,00

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1964. — João Carlos de Carvalho, Gerente. — Renato Neves Basto da Silva, Assessor Técnico.

# SOCIEDADES

## CARTEIRA DE EMPENDIMENTOS

BANCO DO BRASIL S.A.

BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 1964

### ATIVO

<b>DISPONÍVEL</b>			
Banco do Brasil S.A. - Conta Corrente .....		76.234.970.368,92	
<b>REALIZÁVEL</b>			
Títulos Redescontados .....	639.412.760.602,30		
Títulos Redescontados - Lei 3.253 .....	6.840.281.179,70		
Títulos Redescontados-Dec. 29.536 .....	149.215.971.038,70	795.469.012.220,70	
Títulos de Responsabilidade de Estabelecimentos em Regime Especial .....	111.714.837,30		
Créditos a Receber .....	237.612.683,50		
Devedores e Credores Diversos .....	8.281.660,80	795.826.621.402,30	
<b>IMOBILIZADO</b>			
Bens Patrimoniais .....		48.172.754,30	
<b>DE RESULTADO PENDENTE</b>			
Despesas de Notas .....	133.668.030,50		
Despesas Gerais .....	119.822.137,50	253.490.168,00	
<b>DE COMPENSAÇÃO</b>			
Valores em Garantia .....	29.399.471,00		
Depositantes de Valores Diversos .....	9.274.538,50	38.674.009,50	
		<u>872.401.998.703,00</u>	

### PASSIVO

<b>NÃO REALIZÁVEL</b>			
Fundo de Reserva .....		8.020.194.499,20	
<b>RECEÍVEL</b>			
Tesouro Nacional:			
1-Responsabilidade da Carteira .....	854.700.000.000,00		
Superintendência da Moeda e do Crédito .....	23.606.900,50		
Devedores e Credores Diversos .....	612.267,70	854.724.022.168,20	
<b>DE RESULTADO PENDENTE</b>			
Provisão para Despesas de Notas .....	3.007.698.000,00		
Redescontos .....	5.949.806.990,90		
Juros .....	520.742.294,90		
Lucros Suspensos .....	3.597.592,60		
Escritas a Realizar .....	136.601.347,80		
Resarcimento de Créditos Compensados .....	663.799,50	9.619.108.026,10	
<b>DE COMPENSAÇÃO</b>			
Depositantes de Valores em Garantia .....	29.399.471,00		
Bens Patrimoniais sob Responsabilidade de Terceiros .....	9.274.538,50	38.674.009,50	
		<u>872.401.998.703,00</u>	

Rio de Janeiro, 31 de março de 1964

*Hugo de Araújo Faria* Diretor  
*Hugo de Araújo Faria*  
 Gerente  
*Germano de Brito Lyra*  
 Contador  
 Waldemar Vieira  
 Reg. C.R.C.G.B. nº 16.794

## CARTEIRA DE EMPENDIMENTOS

BANCO DO BRASIL S.A.

BALANÇO EM 10 DE ABRIL DE 1964

### ATIVO

<b>DISPONÍVEL</b>			
Banco do Brasil S.A. - Conta Corrente .....		113.408.362.977,90	
<b>REALIZÁVEL</b>			
Títulos Redescontados .....	644.070.700.531,40		
Títulos Redescontados - Lei 3.253 .....	7.358.114.359,60		
Títulos Redescontados-Dec. 29.536 .....	147.021.066.339,70	798.460.086.029,70	
Títulos de Responsabilidade de Estabelecimentos em Regime Especial .....	111.587.304,90		
Créditos a Receber .....	236.778.786,60		
Devedores e Credores Diversos .....	8.243.401,80	798.816.795.723,00	
<b>IMOBILIZADO</b>			
Bens Patrimoniais .....		48.172.754,30	
<b>DE RESULTADO PENDENTE</b>			
Despesas de Notas .....	133.668.030,50		
Despesas Gerais .....	152.867.262,70	286.535.293,20	
<b>DE COMPENSAÇÃO</b>			
Valores em Garantia .....	29.399.471,00		
Depositantes de Valores Diversos .....	9.274.538,50	38.674.009,50	
		<u>912.598.541.214,90</u>	

### PASSIVO

<b>NÃO REALIZÁVEL</b>			
Fundo de Reserva .....		8.020.194.499,20	
<b>RECEÍVEL</b>			
Tesouro Nacional:			
1-Responsabilidade da Carteira .....	894.700.000.000,00		
Superintendência da Moeda e do Crédito .....	23.606.900,50		
Devedores e Credores Diversos .....	280.267,70	894.723.887.268,20	
<b>DE RESULTADO PENDENTE</b>			
Provisão para Despesas de Notas .....	3.007.698.000,00		
Redescontos .....	6.143.945.190,30		
Juros .....	521.289.864,80		
Lucros Suspensos .....	3.597.592,60		
Escritas a Realizar .....	138.903.021,40		
Resarcimento de Créditos Compensados .....	711.799,50	9.815.785.468,60	
<b>DE COMPENSAÇÃO</b>			
Depositantes de Valores em Garantia .....	29.399.471,00		
Bens Patrimoniais sob Responsabilidade de Terceiros .....	9.274.538,50	38.674.009,50	
		<u>912.598.541.214,90</u>	

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1964

*Antônio Ribeiro* Diretor-Interino  
 Gerente  
*Germano de Brito Lyra*  
 Contador  
 Waldemar Vieira  
 Reg. C.R.C.G.B. nº 16.794

## COMÉRCIO E TRANSPORTE DE BRASÍLIA S. A. - "COTRAB"

Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária realizada em vinte e oito de março de 1964.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, realizou-se na Sede Social, à Superquadra trezentos e onze, Loja quatorze, SCL-Sul, nesta Capital, às nove horas a segunda Assembleia Geral Ordinária da Comércio e Transportes de Brasília Sociedade Anônima - COTRAB, atendendo convocação feita por Edital publicado no "Diário Oficial" nos dias, três, quatro e cinco do mês em curso e no Jornal "A Crítica" nos dias vinte e oito de março do corrente ano. Presentes vinte e cinco acionistas, representando mais da quarta parte do capital Social, foi aclamado Presidente da Assembleia o Senhor Antônio Olyntho Giordano, que convidou a mim, José Conegundes do Nascimento para secretariar os trabalhos desta reunião. Procedi a seguir em voz alta, a leitura do Edital de Convocação vazado nos seguintes termos que passo a transcrever: Comércio e Transportes de Brasília Sociedade Anônima - COTRAB - Assembleia Geral Ordinária - Primeira Convocação. São convidados os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 28 de março de 1964 às 9,00 horas na sede social à Superquadra 311, Loja 13, para os seguintes fins: a) tomar

conhecimento e deliberar sobre o Relatório da Diretoria, Balanço Geral da Sociedade, Conta de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1963; b) alteração do capital social; c) assuntos de interesse geral. Na sede da Sociedade continua à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, Brasília, 27 de fevereiro de 1964. - Alexandre Gonçalves Paes, Diretor-Presidente e Edgar Augusto de Araújo, Diretor-Comercial e Diretor-Superintendente Substituto. Como todos se julgaram oportunamente cientificados dos demonstrativos contábeis relativos ao exercício social recém findo o Sr. Presidente passou a leitura do balanço geral de 1963, da conta de lucros e perdas, do Relatório da Diretoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Esses expedientes, foram colocados em discussão durante a qual se fizeram esclarecimentos de alguns valores nêles especificados, atendendo solicitações de vários acionistas e em prosseguimento foram postos em votação. Resultou então a aprovação por unanimidade e sem reservas, com abstenção de votar dos legalmente impedidos, do balanço geral do exercício de 1963, da conta de lucro se perdas do relatório e do parecer do Conselho Fiscal. Lembrou então o Sr. Presidente que de acordo com a Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 1963, ficou fixado que quanto ao Diretor-Comercial lhe seria pago mensalmente a importância de Cr\$ 80.000,00

(trinta mil cruzeiros), mais 5% do produto da venda e das prestações de serviços feitos pelo estabelecimento comercial da Sociedade e que a decisão daquela Assembleia não mais satisfizes as condições mínimas de subsistência atual, tendo em vista o aumento verificado no custo de vida e portanto necessário se torna que novos vencimentos sejam deliberados por esta Assembleia, com relação ao Diretor-Comercial. Posta em discussão a fórmula apresentada pelo Senhor Oly Prudência da Silva, a Assembleia deliberou por unanimidade fixar os vencimentos de dois salários-mínimos locais, mais 5% do produto da venda e das prestações de serviço feitas pelo Estabelecimento comercial da Sociedade. Em seguida, o Senhor Diretor-Presidente da COTRAB, solicitou a Assembleia, sua demissão em caráter irrevogável, por motivos alheios a sua vontade, tendo o pedido atendido, ficando resolvido pela Assembleia que a eleição para cargo de Diretor-Presidente seria feita em Assembleia Geral Extraordinária convocada para o prazo máximo de trinta dias. Em seguida o Sr. Presidente relembrando aos presentes sobre o Balanço do exercício de 1963, solicitou da Assembleia que deliberasse sobre o saldo do exercício findo, tendo a mesma aprovado que fosse distribuído aos acionistas em ações preferenciais no valor de um mil cruzeiros cada, num total de cinco por cada acionista, ficando o saldo de Cr\$ 23.369,30 (trinta e três mil trezentos e sessenta e nove cruzeiros e trinta centavos) para ser incorporado

ao fundo de reserva legal. Cumprindo exigências da Lei, a fim de que fossem eleitos Membros do Conselho Fiscal para o corrente exercício, o Sr. Presidente nomeou os Srs. Irineu Pereira e Arlindo Barbosa de Oliveira como escrutinadores. Cumpridas as formalidades de praxe foi processada a votação, sendo eixitos e empossados pela Assembleia os seguintes Fiscais e Suplentes de Fiscais: para o exercício de 1964: FISCAIS: - José Manoel dos Santos, brasileiro, casado, motorista, residente à Superquadra 409-10, Bloco 9, Entrada "A", apartamento 102, nesta Capital - José Rodrigues, brasileiro, casado motorista, residente à Superquadra 407-8, Bloco 9, apartamento 303, nesta Capital - Alexandre Paes, brasileiro, casado, motorista profissional, residente à Superquadra 107, Bloco 9, apartamento 408, nesta Capital - mundo de Souza, brasileiro, casado, motorista profissional, residente à Superquadra 413-14, Bloco 19, apartamento 310, nesta Capital - Antônio Olyntho Giordano, brasileiro, dactilógrafo, residente à Superquadra 398, Bloco 5, apartamento 407, nesta Capital. SUPLENTE: - Lúcio Raymundo de Souza, brasileiro, casado, enfermeiro, residente à Superquadra 409-10, Bloco 30, Entrada C apartamento 302, nesta Capital - José Lopes Correia, brasileiro, casado, garção, residente à Superquadra 409-10, Bloco 8, apartamento 201, nesta Capital - João da Cruz Peixoto, casado, motorista profissional, residente à Superquadra 405-6, Bloco 34, apar-

tamento 101, nesta Capital — José Conegundes do Nascimento, brasileiro, casado, motorista profissional, residente à Superquadra 308, Bloco 11, apartamento 204, nesta Capital — Nelson dos Santos Lisboa, casado, brasileiro, motorista profissional, residente à Superquadra 107, Bloco 8, apartamento 204, nesta Capital. Sendo posta em discussão a remuneração dos novos membros do Conselho Fiscal, foi aprovado um pró-labore no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por reunião que comparecerem, para cada membro do referido Conselho. Esgotada a ordem do dia, e, nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, pelo tempo suficiente à lavratura desta Ata. Reaberta a Sessão foi a mesma lida e aprovada por todos os presentes, unanimemente e sem restrições. Brasília, D.F., 28 de março de 1964. — José Conegundes do Nascimento. — Antônio Olyntho Giordano.

(Nº 8.580 — 6-5-64 — Cr\$ 7.089,00)

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de abril de 1964.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, realizou-se na Sede Social à Superquadra trezentos e onze, Loja quatorze, SCL-Sul, nesta Capital às nove horas, a Assembléia Geral Extraordinária da *Comércio e Transportes de Brasília Sociedade Anônima* — COTRAB, atendendo convocação, por Edital publicado no *Diário Oficial* dos dias dez, treze e quatorze do mês em curso e do "Correio Brasiliense" nos dias dez, onze e doze, também deste mês. Presentes trinta e três acionistas, foi aclamado Presidente da Assembléia ao Senhor Regi-

naido Barreto de Almeida que convidou a mim, José de Araújo, para secretariar os trabalhos desta reunião. Procedi a seguir em voz alta a leitura do Edital de Convocação vazado nos termos que passo a transcrever: *Comércio e Transportes de Brasília Sociedade Anônima* — COTRAB. Pelo presente são convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral no dia dezoito de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, às nove horas em primeira convocação na Sede da COTRAB, à Loja quatorze da Superquadra trezentos e onze, para eleição do Diretor-Presidente e Diretor-Superintendente e tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade. Brasília, nove de abril de mil novecentos e sessenta e quatro. Edgar Augusto de Araújo, Diretor-Comercial. Logo após por falta de número legal o Sr. Presidente por decisão da Assembléia suspendeu os trabalhos convocando nova reunião para às onze horas do mesmo dia. Reiniciados os trabalhos na hora aprazada o Sr. Presidente deu por aberta a sessão, passando a ordem do dia. O Diretor-Comercial, Senhor Edgar Augusto de Araújo, pedindo a palavra fez um resumo de sua Administração, até a presente data, lendo a seguir a Carta Renúncia do Senhor José Dias de Souza, Diretor-Superintendente, datada de três de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, sendo o mesmo aplaudido no término de sua oração. Dada a palavra ao acionista Alexandre Gonçalves Paes, que submeteu a apreciação da Assembléia os nomes dos Senhores Dr. Oly Prudêncio da Silva e Thomaz Olyntho Leite de Magalhães, candidatos aos cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Superintendente, fazendo uma explanação sobre a personali-

dade de cada um, sendo relembrado logo após o capítulo 3º dos Estatutos da COTRAB. A seguir foi dada a palavra ao Senhor Antônio Olyntho Giordano que solicitou ao candidato à Presidência da COTRAB, esclarecimentos de seu plano de trabalho, se eleito; atendendo a solicitação o candidato Dr. Oly Prudêncio da Silva, procedeu aos necessários esclarecimentos, tendo sido aplaudido ao término de suas palavras. Em seguida foi dada a palavra ao acionista Sr. José Manoel dos Santos, que também solicitou alguns esclarecimentos, o que foi feito dando-se o acionista por satisfeito. Em seguida o acionista Alexandre Gonçalves Paes pediu a palavra e propôs em vez de um vencimento ao Diretor-Presidente, uma gratificação pró-labore, de vinte mil cruzeiros e para o Diretor-Superintendente em igualdade de condições, se eleito um acionista, e, de oitenta mil cruzeiros a título de remuneração no caso de não acionista. Colocada a proposta em votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir foi feita

a votação para preenchimento dos cargos existentes, tendo se desenrolado na mais absoluta calma, sendo indicados para escrutinadores os Senhores Jurandy José de Souza e Nelson dos Santos Lisboa. Obedecidas as formalidades de praxe verificou-se o seguinte resultado: Para Diretor-Presidente — Dr. Oly Prudêncio da Silva, brasileiro, casado, advogado, residente à Superquadra trezentos e onze, Bloco três, apartamento quinhentos e sete, nesta Capital e para Diretor-Superintendente — Thomaz Olyntho Leite Magalhães, brasileiro, solteiro, vendedor, residente à Avenida W-3, quadra trinta e um, casa dez, nesta Capital, sendo logo após empossados nos respectivos quadros. Esgotada a ordem do dia, nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão foi a mesma lida e aprovada por todos os presentes, unanimemente e sem restrições. Brasília, Distrito Federal, 18 de abril de 1964. — José de Araújo. (Nº 8.581 — 6-5-64 — Cr\$ 4.590,00)

# ANÚNCIOS

## AVISO

Comunicamos aos senhores acionistas, na forma do art. 99 do Decreto-Lei nº 2.627 de 25-9-1949, que se encontram a disposição dos senhores acionistas em sua sede social, à Superquadra, Bloco B, loja 18, nesta cidade, os seguintes documentos:

a) Relatório da Diretoria sobre a marcha dos negócios sociais no exer-

cício findo e os principais fatos administrativos;

b) Cópia do Balanço e cópia da conta de lucros e perdas;

c) Parecer do Conselho Fiscal.

Brasília, 4 de maio de 1964. — Raul Gonçalves de Freitas — Diretor-Gerente.

Dias: 6, 12 e 19-5-64.

(Nº 8.572 — 5-5-64 — Cr\$ 6.630,00)

# ARQUIVOS

DO

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres, acórdãos dos tribunais judiciais, legislação, acompanhado de índices analítico e alfabético. Publicação trimestral.

N.º 85 — MARÇO DE 1963

Preço: Cr\$ 300,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 4,00